

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE PACOS

ANEXO
Ribeiro Ribeiro

ANEXO 2025

Identificação da Entidade

A "Centro Social e Paroquial de Paços" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" segundo os estatutos impostos por lei, com sede na Rua da Igreja, nº 89, 4820-550 Paços, Fafe. Tem como atividade a prestação de serviços de apoio social a infância, juventude, serviço de apoio domiciliário à terceira idade e Lar Residencial com o objetivo principal de satisfazer carências sociais.

Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

1.2 Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e

12-Nov-17
Ribeiro

gastos são registados nas respetivas contas das rubricas " devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos" .

1.3 Consistência de Apresentação:

As demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras . Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

1.5 Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

1.6 Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os " Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer. Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

P. Novis
R. Ribeiro

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	6 a 50

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas " Outros rendimentos operacionais".

2.2 Inventários

Os " Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
- Alterações na taxa de câmbio
- Alterações no preço do bem locado;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Clientes e outras contas a Receber

Os "clientes" e as "outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequências de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os fundos patrimoniais são compostos por:

- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

2.5 Provisões

Periódicamente, a entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação ocorra o exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

2.6 Financiamentos Obtidos

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

2.7 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Os rendimentos previstos no 11º do art. 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 16% nos primeiros 50 000.00 e à taxa 20% sobre a matéria coletável nos termos Da Lei 64/2025 de 7 Novembro. Acresce

ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e ás taxas previstas no art.88 do CIRC.

No entanto, a entidade não possui rendimentos sujeitos a IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a segurança social, até 2000, inclusivé, cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2021 a 2025 ainda poderão estar sujeitos a revisão.

Esta rubrica inclui as retenções efetuadas referentes ao trabalho dependente e independente, bem como o valor da restituição do IVA.

12 Nov 15
Rinda Rilei

2.8 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidos como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido. Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

2.9 Subsídios do Governo

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que o Centro Social de Paços cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios ao investimento atribuídos a fundo perdido estão reconhecidos em balanço numa rubrica de " Fundos Patrimoniais" e são reconhecidos na demonstração de resultados de cada período, proporcionalmente As depreciações dos ativos subsidiados.

2.10 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Fluxos de caixa a demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica " Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem. A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

1-Nov-73
you
Rando Rbain

Ricardo Ribeiro

Outros ativos fixos tangíveis

2025						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Tranferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras	296 855.62					296 855.62
construções						
Equip. básico	42 599.03	590.43				43 189.46
Equip. transporte	50 615.04					50 615.04
Eq. administrativo	10 088.64	706.89				10 795.53
Outros ativos fixos tangíveis	14 590.85					14 590.45
Investimentos em curso						
Total	414 749.18	1 297.32				416 046.50
Edifícios e outras construções	112 832.65	5 646.00				118 478.65
Equip. básico	40 376.51	838.62				41 215.13
Equip. transporte	43 255.04	3 680.00				46 935.04
Eq. administrativo	9 401.22	135.86				9 537.08
Outros ativos fixos tangíveis	14 020.85	15.00				14 035.85
Total	219 886.27	10315.48				230 201.75
Quantia escriturada 185 844.75						

2024

ANON I
garcia
Ricardo Ribeiro

Descrição	Saldo inicial	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
-----------	---------------	-------------------------	--------	----------------	----------------	-------------

Custo

Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	296 855.62					296 855.62
Equip. básico	42 599.03					42 599.03
Equip. transporte	50 615.04					50 615.04
Eq. administrativo	10 088.64					10 088.64
Outros ativos fixos tangíveis	14 590.45					14 590.85
Investimentos em curso						
Total	414 749.18					414 749.18

De reações acumuladas

Edifícios e outras construções	106 882.30	5 950.35				112 832.65
Equip. básico	38 590.64	1 787.85		-1.98		40 376.51
Equip. transporte	39 575.04	3 680.00				43 255.04
Eq. administrativo	9 381.41	19.81				9 401.22
Outros ativos fixos tangíveis	14 004.50	16.35				14 020.85
Total	208 433.89	11 454.36		-1.98		219 886.27

Quantia escriturada 194 862.91

Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2025 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores :

Descrição	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo 2025	Matérias primas, subsidiárias e de consumo 2024
Inventário inicial	560.42	77.80
Compras	58 809.74	63 397.67
Reclassificação e regularizações		
Inventário final	67.18	560.42
CMVMC	59 302.98	62 915.05

R. Moura
y
R. Moura

Rédito

Para os períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Descrição	2024	2025
Prestação de serviços		
Mensalidades de utentes	163 347.50	166 931.93
Comparticipação de utentes		
Total	163 347.50	166 931.93

Subsídios do governo e apoios do governo

A 31 de dezembro de 2024 e 2025, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios de Governo" e "Apoios Do Governo".

Descrição	2024	2025
Subsídio do governo	201 342.35	227 988.67
Outras entidades		
Total	201 342.35	227 988.67

Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2024 e 2025, foram, respetivamente de 8 elementos.

Os órgãos diretivos não usufruem quaisquer remunerações:

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2025 foi de 14 de pessoas. Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2025
Remunerações ao pessoal	189 656.44	226 427.22
Encargos sobre remunerações	39 214..86	46 016.84
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	2 488.24	1 912.55
Gastos de Ação Social	623.53	582.95
Outros gastos com o pessoal		
Total	231 983.07	274 939.56

Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do decreto lei 534/80 de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no decreto lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 29 de Maio de 2026.

A. M. B. U.
Ricardo Ribeiro

Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

• Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2025 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Clientes e Utentes C/C		
Clientes		
Utentes	167 604.43	165 538.32
Total	167 604.43	165 538.32

• Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a seguinte composição:

Descrição	2024	2025
Outros devedores	5 694.30	7 088.41
Total	5 694.30	7 088.41

• Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025 a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2025
Gastos a reconhecer		
Outras despesas c/custo diferido	528.65	704.24
Total	528.65	704.24

• Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2024 e 2025, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2025
Caixa	581.84	5 442.31

Depósitos à ordem	344 108.64	349 491.47
Depósitos prazo		
Total	358 690.48	354 933.78

R. N. N. N.
Ribeiro Ribeiro

• Fundos Patrimoniais

Nos "fundos patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Fundos	44 667,68			44 667,68
Reservas				
Resultados Transitados	452 912.12	12 573.95		465 486.07
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais				
Resultado Líquido do Exercício	12 573.95	12 615.26	12 573.95	12 615.26
Total	510 153.75	25 189.21	12 573.95	522 769.01

• Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Fornecedores C/C	6 913.67	8 337.05
Adiantamento a fornecedores	2 831.20	6 983.60
Total	4 082.47	1 353.45

• Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3 050.22	2 964.65
Imposto sobre o rendimento	2 248.11	815.41
Passivo		
Segurança Social	8 452.96	9 275.50
Imposto sobre o rendimento	1 085.33	

Total	-4 239.96	-5 495.74
-------	-----------	-----------

• Outras Contas a pagar

A rubrica "Outras Contas a Pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2025	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Outras operações		20 164.62		19 749.20
Credores por acréscimos de gastos				
Outros credores	27 547.05			30 412.57
Total	27 547.05	20 164.62		50 161.77

• Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2025, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2025
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	201 342.35	227 988.67
Outras Entidades		9 501.98
Total	201 342.35	237 490.65

• Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2025, foi a seguinte:

Descrição	2024	2025
Serviços especializados	29 528.54	21 929.70
Materiais	2 176.09	4 896.14
Energia e fluídos	14 585.04	14 654.21
Deslocações, estadas e transportes		
Serviços diversos:	18 486.00	17 850.85
Rendas e alugueres		
Outros	9 417.38	8 770.81
Comunicação	555.04	501.26
Seguros	1 784.06	1 321.71

Alfonso
Ricardo Ribeiro

Contencioso e notariado		59.08
Limpeza, Higiene e conforto	6 729.54	7 207.99
Total	64 775.67	59 330.90

R. M. M. i.
2020
R. M. M. i.

• Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Rendimentos Suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos	0.10	
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Outros rendimentos e ganhos*		17 370.03
Correções exercício anterior	1.98	0.50
Excesso estimativa para impostos		
Imputação subsídios investimento		
Ganhos em outros Instrumentos financeiros	23 253.68	
Outros	26 688.40	17 369.53
Total	49 944.16	17 370.03

• Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Impostos	30.00	728.00
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Outros gastos e perdas*		29 790.95
Refeições		
Correções relativas a períodos anteriores	3 085.43	
Quotas		
Outros	2 532.99	29 790.95

Total	5 648.42	30 518.95

Três maiores rubricas discriminadas por ordem decrescente

- Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com -uros e similares:

Descrição	2024	2025
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento		
Total		
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		
Outros rendimentos similares		
Total	0,00	
Resultados financeiros		

- Acontecimentos após a data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Paços, 29 de Maio de 2026

Técnico Oficial de Contas

Anabela Silva

A Direção

r. Manuel Benito Moniz
João Fernando Martins
Yosi Cunha Oliveira
 Ricardo André Pereira Ribeiro

R. Naveira
[Signature]
Ricardo Ribeiro

BALANÇO (Individual ou consolidado) em 15 de 2025

Rubricas	Notas	2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	Subtotal	185 844,75	194 862,91
Investimentos financeiros		5 851,09	5 851,09
		191 695,84	200 714,00
Activo corrente			
Inventários			
Estado e outros entes públicos			
Diferimentos		67,18	560,42
Outros ativos correntes		5 212,76	5 298,33
Caixa e depósitos bancários		704,24	528,65
		14 132,01	8 525,50
		354 933,78	358 690,48
Subtotal		375 049,97	373 603,38
Total do ativo		566 745,81	574 317,38
FUN DOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		44 667,68	44 667,68
Resultados transitados		465 486,07	452 912,12
Subtotal		510 153,75	497 579,80
Resultado líquido do período		-12 615,26	12 573,95
Total dos fundos patrimoniais		497 538,49	510 153,75
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00

Passivo corrente			
Fornecedores		8	6 913,67
Estado e outros entes publicos		337,0	9 538,29
Outros passivos correntes		5 10	47 711,67
		708,5	
		0	
		50 161,77	
Subtotal Total do Passivo		69 207,32	64 163,63
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		69 207,32	64 163,63
		566 745,81	574 317,38

Contabilidade - (c) Primavera BSS

R-Mon.

Ricardo Ribeiro

A Administração/Gerência _____

O Contabilista Certificado Anabela Silva

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE PAÇOS

Moeda: EUR
Contribuinte: 504906453

Demonstração dos resultados por naturezas em 13 de 2025
(ESNL)

Rendimentos e Gastos	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados		166 931	
Subsídios, doações e legados à exploração		237 490,65	163 347,50
Variação nos inventários da produção		0,00	201 342,35
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-59	0,00
Fornecimentos e serviços externos		302,98	-62 915,05
Gastos com o pessoal		-59	-64 775,67
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		330,90	-257 573,98
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-274 939,56	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Outros gastos		0,00 17	0,00
		370,03	49 944,16
		-30	-5 648,42
		518,95	

Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-2 299,78	23 720,89
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-10 315,48	-11 146,94
Juros e rendimentos similares obtidos	-12 615,26	12 573,95
Juros e gastos similares suportados		
	0,00	0,00
Resultado antes de impostos	0,00	0,00
Impostos sobre o rendimento do período	-12 615,26	12 573,95
Resultado líquido do período		
	0,00	0,00
	-12 615,26	12 573,95

c) Primavera BSS

P. N. B. S.

Ricardo Ribeiro

A Administração/Gerência

O Contabilista Certificado

		C)